



Sipasa Holding S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 255QU-048-PB





Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Jamel Cecilio, 2929 Ed. Brookfield Towers, sala 2701 Torre B - Jardim Goiás, Goiânia (GO)
T +55 62 3215-8444
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Sipasa Holding S.A.
Manaus – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sipasa Holding S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sipasa Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 27 de maio de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC GO-001.661/F-9

A handwritten signature in black ink, reading 'Pedro Ivo de Oliveira Braga'.

Pedro Ivo de Oliveira Braga
Contador CRC 1DF-020.418/O-3

Sipasa Holding S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	35	61
Aplicações financeiras	8	14.557	3.892
Impostos a recuperar	-	119	6
Partes relacionadas	9	123.345	62.811
Total do ativo circulante		138.056	66.770
Ativo não circulante			
Investimentos	10	286.401	254.035
Outros créditos	-	1	1
Total do ativo não circulante		286.402	254.036
Total do ativo		424.458	320.806

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sipasa Holding S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Fornecedores	-	9	6
Obrigações tributárias	-	4	5
Partes relacionadas	9	2	-
Dividendos a distribuir	9	39.375	15.036
Total do passivo circulante		39.390	15.047
Total do passivo		39.390	15.047
Patrimônio líquido	12		
Capital social		256.855	256.855
Reserva de lucros		128.939	50.798
Ajuste de avaliação patrimonial		(726)	(1.894)
Total do patrimônio líquido		385.068	305.759
Total do passivo e patrimônio líquido		424.458	320.806

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sipasa Holding S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais			
Serviços contratados	-	(407)	(513)
Tributárias	-	(22)	(25)
Despesas manutenção e conservação	-	(5)	(3)
Resultado de equivalência patrimonial	10	102.466	63.832
Outras despesas operacionais líquidas	-	(185)	(11)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		101.847	63.280
Receitas financeiras	-	748	31
Despesas financeiras	-	(91)	(2)
Resultado financeiro		657	29
Lucro antes dos impostos		102.504	63.309
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(23)	-
Lucro líquido do exercício		102.481	63.309

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sipasa Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	102.481	63.309
Outros resultados abrangentes	(1.166)	(1.534)
Resultado abrangente do exercício	101.315	61.775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sipasa Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva de legal	Retenção de lucros			
Em 31 de dezembro de 2022	256.855	2.525	35.978	(360)	-	294.998
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(1.534)	-	(1.534)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	63.309	63.309
Reserva legal	-	3.165	-	-	(3.165)	-
Distribuição de lucros	-	-	(35.978)	-	(15.036)	(51.014)
Retenção de lucros	-	-	45.108	-	(45.108)	-
Em 31 de dezembro de 2023	256.855	5.690	45.108	(1.894)	-	305.759
Outros resultados abrangentes	-	-	-	1.168	-	1.168
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	102.481	102.481
Reserva legal	-	5.124	-	-	(5.124)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(24.340)	(24.340)
Retenção de lucros	-	-	73.017	-	(73.017)	-
Em 31 de dezembro de 2024	256.855	10.814	118.125	(726)	-	385.068

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sipasa Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	102.504	63.309
Ajustes por:		
Resultado de equivalência patrimonial	(102.466)	(63.832)
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(113)	(3)
Fornecedores	3	-
Obrigações tributárias	(24)	4
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(96)	(522)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Movimentação de partes relacionadas (mútuo)	3.000	(3.000)
Antecipação de lucros	(63.534)	(48.589)
Recebimento de dividendos	71.268	95.885
Títulos e valores mobiliários/Aplicações	(10.664)	(3.725)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	70	40.571
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos a pagar	-	15.036
Pagamento de dividendos	-	(55.056)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	-	(40.020)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(26)	29
Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	61	32
No fim do exercício	35	61
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(26)	29

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sipasa Holding S.A. (“Sipasa” ou “Companhia”) foi fundada em 06 de agosto de 2021, com sede na Avenida Djalma Batista, nº 1.661 - Sala 103, Edif. Millennium Center – Business Tower - CEP 69.050-970, Chapada, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. A Companhia é controlada pelos seus acionistas, descritos na Nota Explicativa nº 12.

A Companhia tem como objeto de negócios a participação no capital de outras sociedades, como acionista ou cotista, inclusive ações e aplicações financeiras.

As demonstrações contábeis da Companhia abrangem o investimento e resultado operacional por meio da equivalência patrimonial em investidas que atuam nas atividades operacionais, conforme descrito abaixo:

- i) Solar Bebidas S. A. (“Solar”): Fabricação, comercialização e distribuição de bebidas em geral; e
- ii) Holdco 0 Participações S.A. (“Holdco 0”): Participações no capital de outras sociedades.

2. Base de preparação e principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, implantados através do Comitê de pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

3. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as NBC TGs emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 27 de maio de 2025.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Incertezas sobre premissas e estimativas

Não há incertezas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material em exercícios futuros.

Mensuração do valor justo

Os valores justos são apurados para propósito de mensuração/divulgação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

b. Instrumentos financeiros**(i) Reconhecimento, classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados (VJORA) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A Companhia não possui passivos financeiros reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(ii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Imobilizado**Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulados, quando necessário. O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens.

d. Imposto de renda e contribuição social

Em cada ano fiscal, a Companhia, desde que atendam aos requisitos legais, pode optar por apurar o lucro tributável utilizando o critério do lucro real ou do lucro presumido. A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro real para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

1. Receita de juros; e
2. Despesas de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

Novas normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento (“sale leaseback”))

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (NBC TG 06 (R3)).

Não houve impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante e Passivo Não Circulante com Covenants

Em janeiro de 2020, outubro e novembro de 2022, o IASB emitiu alterações IAS 1 (equivalente a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação sobre a classificação de passivo entre circulante e não circulante no final do período de relatório quando vinculado a covenants ainda que seu cumprimento seja avaliado posterior a data base do relatório. O IASB afirma que o direito de adiar a liquidação de um passivo por pelo menos 12 meses não é afetado se o cumprimento do covenant ocorrer após esse período. No entanto, se o direito de postergar a liquidação a depender do cumprimento de covenants dentro dos 12 meses, a entidade deve fornecer informações sobre os riscos de amortização dos passivos nesse prazo, incluindo detalhes sobre os covenants (tal como natureza e quando deve cumpri-lo), seu valor contábil e possíveis dificuldades em cumpri-los.

Não houve impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações Acordos de Financiamento de Fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente a NBC TG 03 (R3) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente a NBC TG 40 (R3) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Não houve impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/ NBC TG 02 (R3) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e NBC TG 37 (R5) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - em vigor para demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2025

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos no 27, que incorpora alterações do *Lack of Exchangeability* do IASB, afetando o CPC 02 (R2) e o CPC 37 (R1). As mudanças definem o conceito de moeda conversível e orientam o tratamento de moedas não conversíveis, exigindo que a conversibilidade seja avaliada na data de mensuração. Se a moeda não for conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio que reflita as condições de mercado, utilizando a taxa que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa em caso de múltiplas taxas. Além disso, enfatiza a necessidade de divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários entendam os impactos financeiros e riscos associados.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/ NBC TG 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28/ NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. A atualização do CPC 18 permite a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensurar investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, harmonizando as práticas contábeis sem gerar impactos materiais. A ICPC 09 foi atualizada para alinhar sua redação às normas atuais, pois não tinha correspondência direta com as normas do IASB e estava desatualizada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis - em vigor para as demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2027 com aplicação retrospectiva a da adoção antecipada não é permitida no Brasil

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), introduzindo novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado. As entidades devem classificar receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, o IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) foi alterado para modificar o cálculo dos fluxos de caixa e remover a opcionalidade na classificação de dividendos e juros.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações contábeis primárias e notas explicativas às demonstrações contábeis.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - em vigor para as demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis adotem requisitos de divulgação reduzidos, mantendo os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões IFRS. Para ser elegível, uma entidade não pode ter instrumentos patrimoniais negociados publicamente e deve ser uma controlada conforme o IFRS 10 (CPC 36 (R3)), não ter responsabilidade pública e ter uma controladora que prepare demonstrações contábeis consolidadas compatíveis com os padrões IFRS, disponíveis ao público.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pilar Dois – Alterações ao IAS 12

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (Reforma) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (LC), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (IVA dual) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (IS) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	-	2
Aplicações financeiras de liquidez imediata	35	59
Total	35	61

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações financeiras de liquidez imediata estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) não compromissados e fundos de investimento não exclusivos, livres para resgate e avaliados ao valor de realização, cuja rentabilidade em 2024 foi 12,34% a.a. (2023 foi 12,34% a.a.).

8. Aplicações financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de investimento Itaú - Corp Plus	14.557	3.892
Total	14.557	3.892

Aplicações em fundo de investimento multimercado que estão representadas por aplicações em renda fixa, cuja rentabilidade em 2024 foi 11,41% a.a. (12,34% a.a. em 2023).

9. Partes relacionadas**Sociedades investidoras em empreendimentos correlatos**

Denominação	Atividades preponderantes
Sipasa Gestão Patrimonial e Participações Ltda.	Holding societária
Gás Gestão Patrimonial e Participações Ltda.	Holding societária
Juma Gestão Patrimonial e Participações Ltda.	Holding societária
TPNR Participações Ltda.	Holding societária
Lajes Participações Ltda	Holding societária

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demais entidades - ligadas

Denominação	Atividades preponderantes
Solar Bebidas S.A.	Fabricação de refrigerantes e distribuição de bebidas (refrigerantes, sucos, cerveja e água mineral).
Holdco 0 Participações S.A.	Holding societária.
Carboman - Gás Carbônico de Manaus Ltda.	Produção de gás carbônico.
Guarany Imobiliária Ltda.	Aluguel de imóveis próprios, aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais, gestão e administração da propriedade imobiliária.
Lajes Logística S.A.	Operações de terminais, cargas e descargas, depósito de mercadoria para terceiros.
Murano Veículos Ltda.	Comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos.
Monttana Veículos Ltda.	Comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos.
Shizen Veículos Ltda.	Comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos.
Terminal Portuário Novo Remanso S.A.	Operações de terminais, cargas e descargas, depósito de mercadoria para terceiros.
V-8 Veículos Ltda.	Comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos.

A Companhia efetuou operações com partes relacionadas, cujos principais saldos e operações são resumidos a seguir:

	2024			2023		
	Ativo circulante		Passivo circulante	Ativo circulante		Passivo circulante
	Mútuo	Antecipação de dividendos	Dividendos a pagar (a)	Mútuo	Antecipação de dividendos	Dividendos a pagar
Sócios acionistas	-	123.345	39.375	3.000	59.811	15.036
Total	-	123.345	39.375	3.000	59.811	15.036

(a) Dividendos a pagar

Refere-se ao dividendo mínimo obrigatório a pagar aos acionistas calculados ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 24.340, totalizando no saldo de dividendos a pagar R\$ 39.375 (maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 12).

Durante o exercício de 2024 os acionistas aprovaram o pagamento antecipado de dividendos no montante de R\$ 63.534 (R\$ 59.811 em 2023).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 2024 e 2023, a Companhia não pagou às pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: **(a)** benefícios de longo prazo; **(b)** benefícios de rescisão de contrato de trabalho; **(c)** benefícios de pós emprego; e **(d)** remuneração baseada em ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos**Composição dos saldos**

	Participação	2024	2023
Investimentos por equivalência patrimonial			
Solar Bebidas S.A.	6,42%	285.805	253.503
Holdco O Participações S.A.	0,04%	596	532
Total		286.401	254.035

Movimentação dos saldos

	31/12/2023	Lucros recebidos	Participação resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	31/12/2024
Solar Bebidas S.A.	253.503	(71.142)	1.166	102.278	285.805
Holdco O Participações S.A.	532	(126)	2	188	596
Total	254.035	(71.268)	1.168	102.466	286.401

	31/12/2022	Lucros recebidos	Participação Resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	31/12/2023
Solar Bebidas S.A.	287.090	(95.781)	(1.531)	63.725	253.503
Holdco O Participações S.A.	532	(104)	(3)	107	532
Total	287.622	(95.885)	(1.534)	63.832	254.035

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Participação nas investidas

Investidas	Informações das investidas			2024			
	Patrimônio líquido	Saldo do investimento	Ágio	Total investimento	Lucro líquido do exercício	Participação	Equivalência patrimonial
Solar Bebidas S.A.	4.792.015	220.553	32.952	253.505	1.644.848	6,42%	102.278
Holdco O Participações S.A.	1.835	532	-	532	429.335	0,04%	188
Total		221.085	32.952	254.037	2.074.183		102.466

Investidas	Informações das investidas			2023			
	Patrimônio líquido	Saldo do investimento	Ágio	Total investimento	Lucro líquido do exercício	Participação	Equivalência patrimonial
Solar Bebidas S.A.	5.318.163	254.138	32.952	287.090	992.512	6,42%	63.725
Holdco O Participações S.A.	1.929.286	532	-	532	244.535	0,04%	107
Total		254.670	32.952	287.622	1.237.047		63.832

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para perdas com processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

A Companhia não possui nenhuma contingência com risco de perda provável ou possível nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023.

12. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social é de R\$ 256.855, representado por 112.082.785.320 ações composto da seguinte forma:

Acionistas	Quantidades ações
Renato de Paula Simões	20.784.644.968
Juarez de Paula Simões	20.784.644.968
Norma Simões da Silva	20.784.644.968
Célia Simões Marques	20.784.644.968
Petronio Augusto Pinheiro Filho	4.812.255.382
Rodrigo Baraúna Pinheiro	4.812.255.382
Iêda Barauna Pinheiro Carvalho	4.812.255.382
Márcia Baraúna Pinheiro	4.812.255.382
Rosana Baraúna Pinheiro Baires	4.812.255.382
Silvia Pinheiro Pacífico	4.309.371.942
Antônio Carlos da Silva	573.377.289
Zenilde Pinheiro Pacífico	102.462
Victor Simões da Silva	25.615
Vanessa Simões Silva Cavalcanti	25.615
Diego Simões da Silva	25.615
Total	112.082.785.320

b) Distribuição de lucros

Em reunião de acionistas foi aprovado o pagamento de dividendos como antecipação no montante de R\$ 63.534 (R\$ 59.811 em 2023), pagos antecipadamente aos acionistas durante o ano de 2024 (maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 9).

c) Destinação dos lucros

No fim do exercício social é constituída a título de reserva legal, 5% do lucro líquido do exercício até que atinja o montante de 20% do capital social da Companhia. Após a constituição da reserva, obrigatoriamente 25% do lucro remanescente será destinado aos dividendos mínimos obrigatórios. A destinação de lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	102.481	63.309
Absorção de prejuízos acumulados	-	-
Lucro líquido após absorção	102.481	63.309
Reserva legal - 5%	5.124	3.165
Lucro líquido após constituição da reserva legal	97.357	60.144
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	24.340	15.036
Lucros a disposição da assembleia	73.017	45.108

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros e gestão de riscos**a) Classificação contábil e valores justos**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2024	2023
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras (Nível 2)	14.557	3.892
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	35	61
Total	14.592	3.953
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Fornecedores	9	8
Total	9	8

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco operacional.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelas entidades da Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades das entidades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis das entidades da Companhia em aplicações financeiras. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, cortando o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a Administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

14. Transações não caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresentou transações de financiamento que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Descrição	2024	2023
Reconhecimento de ajustes de avaliação patrimonial em investimentos (conforme divulgado em Nota Explicativa nº 10)	1.168	1.534
Dividendos a pagar (conforme divulgado em Nota Explicativa nº 9)	24.340	-

* * *

Administração da Companhia

Assinado por:

Victor Simões

Victor Simões da Silva

Diretor

Assinado por:

Gabriela de Souza Pinheiro

D7E67DD18C4B40B...

Gabriela de Souza Pinheiro

Diretora

DocuSigned by:

Maria Cristina Soares Fontes

6DF831893CEC426...

Maria Cristina Soares Fontes

Contador

CRC MG 062.072/O-1

Assinado por:

Izabel da Silva Valente

DDF63FBA51F243F...

Izabel Valente

Assessora